

ADOLESCENTES E ADOLESCÊNCIAS

ELDER CERQUEIRA-SANTOS
OTHON CARDOSO DE MELO NETO
SÍLVIA H. KOLLER

O objetivo deste capítulo é levantar questões sobre o adolescente e as adolescências vividas na atualidade. Não cabe aqui definir ou conceitualizar, mas inquietar, instigar reflexões em todos os interessados sobre essa fase cronológica do ciclo vital. O questionamento de tais conceituações parte da ideia básica de que a adolescência deve estar mais relacionada a uma fase social e psicológica do ciclo vital do que propriamente vinculada e definida por idades numéricas. Os aspectos contextuais sobre o surgimento da adolescência na psicologia e a sua inserção nos estudos da psicologia do desenvolvimento, especialmente com temas polêmicos, como a precocidade do desenvolvimento biológico e da iniciação sexual, são desafios teórico-práticos para psicólogos e outros profissionais que trabalham com adolescentes.

QUEM SÃO OS ADOLESCENTES? O QUE É A ADOLESCÊNCIA?

O ciclo vital humano é composto por fases, como infância (período gestacional, primeira infância, segunda infância); adolescência (puberdade, adolescência média e final); adultez (jovem, maduro e final) e velhice. A adolescência tem sido definida

pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um período biológico, psicológico e social compreendido entre os 10 e os 19 anos (World Health Organization [WHO], 2011). Esse critério cronológico também tem sido adotado pelo Ministério da Saúde do Brasil (Brasil, 2010a, 2010b) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1997). Já para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o período da adolescência compreende dos 12 aos 18 anos (Brasil, 1990). Tais tentativas de definição apenas estabelecem parâmetros numéricos específicos, afinal, o ciclo vital do ser humano está em constante processo de mudança, independentemente da idade que a pessoa tenha. Isso fragiliza o estabelecimento de um limite desenvolvimental por ter como base apenas um parâmetro etário.

No Brasil, a população adolescente tem cerca de 35 milhões de representantes (IBGE, 1997). No mundo, existe aproximadamente 1 bilhão de pessoas nessa faixa etária, representando mais ou menos 20% da população de todo o planeta (Nery, Mendonça, Gomes, Fernandes, & Oliveira, 2011). Por representar uma parcela volumosa da população e apresentar especificidades, a psicologia também tem se dedicado a aprimorar a qualidade dos conheci-

mentos e de trabalhos profissionais para o público adolescente. Inúmeras publicações têm sido produzidas para proporcionar à sociedade um saber mais técnico sobre a adolescência, fornecendo ferramentas para que os interessados possam lidar de modo mais eficaz com as questões relacionadas a esse período de suas vidas e aqueles com os quais se relacionam em seus contextos e histórias (ver, p. ex., Dell’Aglío e Koller [2011] e Libório e Koller [2009]).

As mudanças biológicas do período inicial da adolescência, denominado puberdade, são universais e visíveis, alterando características como altura, forma e desenvolvimento sexual, os quais levam os jovens para o que é esperado na idade adulta. No entanto, os critérios que definem essa etapa vão além do desenvolvimento físico visível e estão claramente relacionados a aspectos sociopsicológicos. Durante muito tempo, a psicologia descreveu a adolescência como um período de mudanças corporais desde a puberdade até a idade em que a pessoa alcançava a inserção social, profissional e econômica na sociedade adulta (Formigli, Costa, & Porto, 2000). São dois critérios distintos para definir o começo (biológico) e o final de uma fase da vida humana (social) e que, certamente, não se configuram universalmente. A compreensão da adolescência não se restringe a esses aspectos e deve considerar as diferentes culturas.

A adolescência, em primeira análise, apresenta-se vinculada à idade, à biologia, ao estado e à capacidade do corpo (Santos, 2005). Essas mudanças, entretanto, não transformam, por si só, a pessoa em um adulto. São necessárias outras transformações para alcançar a maturidade (Berger & Thompson, 1997) – mudanças e adaptações que conduzem os indivíduos para a vida adulta (Araújo & Costa, 2009). Dessas mudanças, fazem parte as alterações cognitivas, sociais e de perspectiva sobre a vida (Mar-

tins, Trindade, & Almeida, 2003; Santos, 2005). Mais recentemente, Arnett (2004, 2006) propôs o construto “adulter emergente”, como uma fase do desenvolvimento no final da adolescência caracterizada pela exploração da identidade, pela instabilidade, pelo *autofocus*, pela vivência do sentimento de “*in-between*” (“estar entre”) e pela percepção de inúmeras possibilidades.

Durante muito tempo, a adolescência foi concebida como uma etapa natural do desenvolvimento, tendo um caráter universal e abstrato. Em uma síntese de estudos sobre a adolescência, Aguiar, Bock e Ozella (2002) reafirmaram a importância de diversas abordagens, ressaltando as mudanças históricas e as diferentes perspectivas em psicologia sobre a adolescência. Segundo os autores, desde o início do século passado, Stanley Hall, considerado o “pai” da psicologia da adolescência, já afirmava que essa etapa da vida dos seres humanos (descrita por eles como na faixa dos 12 aos 25 anos) era marcada por tormentos e conturbações. Tais inquietações estariam vinculadas à emergência da sexualidade.

Segundo Sprinthall e Collins (2003), Stanley Hall considerou a adolescência como um novo nascimento, um período dramático marcado por fortes conflitos e tensões; ele propunha que a adolescência era um estágio no qual cada pessoa experimentava todas as etapas anteriores de seu desenvolvimento pela segunda vez. Ou seja, adolescentes experimentariam de novo a infância, mas em um nível mais complexo.

Diversos autores além de Hall, como Sprinthall e Collins (2003) e, no Brasil, Campos (1987) e Pfromm Neto (1976) fortaleceram a concepção de fase conturbada, descrevendo-a como universal para a sociedade ocidental. Essa foi uma perspectiva assimilada como natural pela sociedade e pelos meios de comunicação social e reafirmada pela Psicologia tradicional (Aguiar et al., 2002).

Inerente ao desenvolvimento humano, a adolescência não foi só naturalizada, mas também percebida como uma fase difícil do desenvolvimento, algumas vezes sendo até mesmo definida como semipatológica e carregada de conflitos “naturais”, ou seja, um período de crise e desequilíbrio (Bock, 2007). Certamente, essa não deve ser uma descrição assumida sem questionamentos. Há adolescências e adolescências, e as conturbações, as tempestades e os tormentos não são e não devem ser regra geral para pessoas nessa faixa etária.

A cultura tem aparecido como um “molde” da expressão de uma adolescência naturalizada pela pressão recebida no contexto de desenvolvimento atual ocidentalizado e globalizado. Os adolescentes têm sido cada vez mais definidos por suas características sociais e econômicas e menos por sua aparência ou seu funcionamento físico e hormonal. Como apontou Bock (2007), as dificuldades, os desafios e o tempo para ingressar no mundo do trabalho submetem as pessoas a uma moratória, que estabelece novos determinantes históricos para a adolescência e o questionamento de seu caráter universal, biológico e natural.

Portanto, como cabe aos profissionais da psicologia e a todos aqueles que convivem com pessoas na chamada fase vital da adolescência, é necessário despojar-se da visão preconceituosa incrustada de que se trata de um período conturbado, crítico e violento. A psicologia precisa revisar essa perspectiva, pois ela pode representar riscos potenciais. Na verdade, esses riscos têm duas faces, ou seja, se a pessoa tem entre 10 e 25 anos e está atravessando algum desafio psicológico ou social, deve ser definida como adolescente e apenas encarada como tal. Em contrapartida, se a pessoa está nessa faixa etária e não apresenta nenhuma tempestade e tormenta em sua vida, não pode ser encarada como um ser em desenvolvi-

mento na adolescência. Nenhum dos extremos apresentará consequências favoráveis para o acompanhamento, o atendimento ou a simples convivência com a pessoa em questão. Clímaco (1991) apresentou alguns riscos de se adotar tal visão de crise e seu consequente desequilíbrio. O primeiro seria rotular de patológicos aqueles adolescentes “não rebeldes” ou que não aparentem as dificuldades contidas no que alguns teóricos chamam de síndrome normal da adolescência (Aberastury & Knobel, 1992). O segundo risco seria o fato de que, ao se considerar saudável uma pessoa que está apresentando comportamentos não habituais, apenas descrevendo-a como adolescente, é possível que problemas sérios não sejam reconhecidos como tal. Dessa forma, algumas alterações de comportamento que surjam nessa fase podem ser minimizadas.

Para Aguiar e colaboradores (2002, p. 165), ao supor uma igualdade de oportunidades entre todos os adolescentes,

[...] a Psicologia que se encontra nos manuais de psicologia do Desenvolvimento dissimula, oculta e legitima as desigualdades presentes nas relações sociais, situa a responsabilidade de suas ações no próprio jovem: se ideológica [...].

É possível apontar também como um elemento importante de crítica o fato de a adolescência, para a psicologia, estar fundamentada em um único ícone, como apontou Santos (1996): “homem-branco-burguês-racional-ocidental”, europeu ou norte-americano. Os estudos, em grande parte, são feitos a partir desse modelo, sem buscar em outros grupos suas próprias idiossincrasias. Em uma análise das características de uma amostra nas revistas mais influentes em seis subdisciplinas de psicologia de 2003 a 2007, 96% dos participantes da pesquisa eram de países ocidentais industrializados,

sendo 68% dos Estados Unidos (Arnett, 2008). Isso significa que 96% dos participantes da pesquisa eram de países com apenas 12% da população do mundo. Ocidentais, educados, amostras industrializadas, ricos e democráticos, em que a maior parte das pesquisas psicológicas tem sido realizada, podem ser discrepantes com relação a uma série de características psicológicas quando comparadas com amostras diversas de todo o mundo, tornando potencialmente impreciso tirar conclusões universais sobre o comportamento, a motivação e outros aspectos do funcionamento psicológico com base em estudos que usam amostras limitadas (Henrich, Heine, & Norenzayan, 2010). Além de expandir a base de participantes para que seja mais representativa da população mundial, os profissionais que trabalham com adolescentes devem se tornar sensíveis ao valor de compreender novas questões de pesquisa que podem surgir a partir de diferentes origens culturais em todo o mundo.

A psicologia, portanto, precisa avançar com posições e pesquisas críticas, subsidiando políticas adequadas para a adolescência. A conceituação da adolescência, como se observa, não é fácil. Há muito, diversos estudos são feitos sem que seja apresentada uma nova versão ou conceituação de adolescência capaz de superar a visão naturalizante. *Adolescere* é uma palavra latina que significa crescer, desenvolver-se, tornar-se jovem. O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (Houaiss, 2000, p. 24), por exemplo, define que a palavra “adolescência” significa “[...] crescer até a maturidade, resultando em transformações de ordem social, psicológica e fisiológica [...]”.

As mudanças biológicas – como alteração da voz e da estatura, crescimento de pelos, seios, pênis e testículos, pomo-de-adão, alargamento dos quadris, primeira

ejaculação e início da menstruação (menarca) – ajudam a visualizar fisicamente o início da adolescência (puberdade). No entanto, delimitar o término dessa fase é uma tarefa difícil, sobretudo pela falta de marcadores físicos visíveis que identifiquem a passagem para a idade adulta e que possam abranger de maneira satisfatória a população dessa faixa etária.

Dessa forma, a ciência que procura sempre dimensões críticas para fazer suas definições, procura meios de suprir a ausência de parâmetros globais, focando em aspectos sócio-psicológicos, como a forma de pensar e agir, e no desempenho dos papéis sociais, afetivos e econômicos. Obviamente, as transformações físicas, emocionais e sociais provocam mudanças importantes nas relações dos adolescentes com suas famílias, seus amigos e seus companheiros, bem como na maneira como eles próprios se percebem como seres humanos.

SER ADOLESCENTE AO LONGO DA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA

A ideia de que a adolescência é uma fase qualitativamente diferente da infância e da idade adulta tem sua origem já na Antiguidade Greco-romana (Aguiar et al., 2002). A base sociopolítica dessa diferenciação só surgiu, no entanto, com a transformação das estruturas sociais nos fins do século XIX que permitiram que os adolescentes fossem retirados do mercado de trabalho para frequentarem a escola e outras instituições educacionais. Com o tempo, a adolescência passou a representar, para a sociedade, o início do processo de distanciamento de comportamentos e privilégios típicos da infância, bem como a aquisição de características e competências que capacitem essas pessoas a assumirem os deveres e papéis sociais de adulto (Felício, 2010).

Na contramão da indefinição conceitual, a adolescência tem sido definida ao longo da história da psicologia em termos de processos psicológicos e fisiológicos, principalmente pela dificuldade que há no emprego de outros elementos como parâmetros. Ao que parece, sempre houve consenso de que a adolescência começaria com as reações psicológicas da pessoa em desenvolvimento às suas mudanças físicas, que caracterizam a fase da puberdade, e se prolongaria até uma razoável resolução de sua identidade pessoal. Os processos de maturação sexual, formação de identidade de gênero, identidade sexual, entre outros, variam para cada pessoa e se expressam no contexto no qual o indivíduo se desenvolve. Portanto, essa constatação só reforça a dificuldade em estabelecer fronteiras psicológicas claras sobre o que é a adolescência (Campos, 2002).

Adotando um enfoque mais sociocultural e menos biológico, Muuss (1969) afirmou que, sociologicamente, a adolescência seria o período de transição da dependência infantil para a autossuficiência adulta. Esse período configura-se, do ponto de vista psicológico, uma “situação marginal”, na qual novos ajustes, que diferenciam o comportamento infantil do comportamento adulto em determinada sociedade, têm que ser realizados. Fisiologicamente, ocorreria no momento em que as funções reprodutivas amadurecem.

No Brasil, Pfromm Neto (1976), em seu livro clássico *Psicologia da adolescência*, já criticava Stanley Hall sobre a tormenta da adolescência e adotava uma atitude menos extremista, se valendo menos de expressões carregadas de ideias negativas, como “idade de crises”, “fase inquieta e transtornada” e “idade ingrata”, para caracterizar de modo geral a adolescência na sociedade daquela década.

Newman (1960), na mesma época, realizou estudos comparativos que desa-

fiavam a definição de adolescência. Ele comparou os resultados obtidos em testes projetivos aplicados em jovens indígenas Otomis, do México, com os de adolescentes criados em sociedades capitalistas ocidentais. Os dados mostraram que havia diferença significativa nas características psicológicas entre eles. O fato de haver sociedades nas quais a passagem da infância para a idade adulta ocorre de modo “tranquilo” não significaria, portanto, que tal transição fosse calma e sem problemas. Pfromm Neto (1976) constatou, com base na análise do estudo de Newman, que

[...] havia indícios de que a complexidade do processo de preparação para a vida adulta nas sociedades adiantadas, o acúmulo de exigências a serem satisfeitas pelos adolescentes e a fluidez, a intranquilidade e as incertezas do mundo no qual devem viver são fatores que tendem a fazer da adolescência, em sociedades ocidentais, um período marcado por confusão pessoal, tensões e problemas. Existem, naturalmente, variações individuais. Tanto a cultura, de modo geral, como os pais, em particular, podem facilitar ou dificultar a transição adolescente. (p. 8)

Cada sociedade, portanto, é caracterizada sobretudo por sua cultura, que serve como fator de identificação e perpetuação de valores, costumes e crenças. As normas e as expectativas culturais ajudam a determinar a natureza da adolescência.

Nos primórdios da discussão que a psicologia e a antropologia fizeram e fazem sobre o tema, Benedict (1983, p. 79) afirmou que

[...] apesar de ser um fato da natureza que uma criança se transformará num homem, o modo como a transição será efetuada varia de uma socie-

dade para outra e que nenhuma dessas pontes culturais específicas deve ser considerada o caminho natural para a maturidade [...].

Ainda em 1983, autores como McKinney, Fitzgerald e Strommen (1983) mencionavam que a adolescência estaria situada entre o final da infância, por volta dos 13 anos, e o começo da idade adulta – a partir dos 19 anos. As mudanças fisiológicas da puberdade marcariam seu início, mas, de maneira distinta dos teóricos atuais, os autores consideravam que o final da adolescência estaria ligado à obtenção sociológica do *status* pleno de adulto, escapando aos critérios meramente biológicos.

Levinsky (1995) conceituou a adolescência como uma fase do desenvolvimento evolutivo, em que as crianças gradualmente passam para a vida adulta, de acordo com as condições ambientais e de história pessoal. Levinsky enfatizou a natureza psicossocial da adolescência, ou seja, ela seria caracterizada pelo modo como a sociedade a representa. No entanto, ao debater o surgimento dessa fase, vinculou-a à puberdade e ao desenvolvimento cognitivo. Nas sociedades modernas, Levinsky descreveu a adolescência como uma vivência mais lenta e dolorosa, devido às dificuldades de afirmação social, pela busca de emprego e qualificação, enquanto nas sociedades consideradas primitivas ela seria atingida de maneira mais rápida e atenuada pelos ritos de passagem, que acontecem cedo, somados às conquistas sociais. A participação no mundo adulto seria alcançada de maneira clara com a constituição de uma família, ser nomeado um guerreiro ou caçador e, assim, conquistar respeito e assumir um papel na sociedade à qual pertence.

A variedade de concepções existentes e descritas reflete a diversidade de aspectos da adolescência. Assim, é possível

entender as dificuldades em definir conceitualmente o que vem a ser essa fase e a faixa etária que a delimita. Ao longo da história, as dificuldades tendiam a ser contornadas recorrendo-se simplesmente ao critério cronológico ou a um critério misto, de idade e escolaridade (Pfromm Neto, 1976). Fica fácil entender tal postura de pesquisa, afinal, a adoção de quaisquer outros critérios demandaria o emprego de processos complexos e até mesmo impraticáveis de mensuração prévia das pessoas. No entanto, essa não tem sido mais a postura da psicologia contemporânea. Há uma atitude crítica e de busca de definição de perfis relativos à cultura e ao momento histórico no qual os seres humanos se desenvolvem (Castro, 2012). Tratando-se de um capítulo em um livro brasileiro, essa perspectiva fica ainda mais evidente.

A adolescência é, portanto, um fenômeno de forte caracterização cultural, e suas definições estão intimamente ligadas à transformação da compreensão do desenvolvimento humano e, também, à transformação da forma como cada geração define a si própria. Os estudos brasileiros sobre adolescência têm discutido temas relevantes e debatidos, a partir de uma perspectiva crítica, questões que afligem a juventude brasileira. Um exemplo da relevância desses estudos é a criação de um Grupo de Trabalho (GT) na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) chamado “Juventude, Resiliência e Vulnerabilidade” (ver trabalho do grupo em Dell’Aglio e Koller [2011] e Libório e Koller [2009]).

A adolescência é um momento essencial de transformação, transposição e autoafirmação das pessoas que a vivem e daqueles com quem convivem. Por meio de cada nova tarefa ou desafio, os adolescentes vivenciam o que é novo e o que deixa-

rá de sê-lo, dando lugar a experiências que contribuíram para seu amadurecimento. É uma fase de extrema relevância e que deve ser minuciosamente vivida pelos adolescentes. Brêtas e colaboradores (2008) afirmaram que, vivenciando a adolescência, as pessoas conseguirão descobrir seus papéis sociais, valores, atitudes, crenças, princípios e vontades, os quais serão organizados e assumidos para a vida, servindo de base para a consolidação do seu processo natural de desenvolvimento psíquico.

Mesmo com importantes contribuições na mudança de paradigmas construídos ao redor do assunto, não mais considerando a adolescência como uma mera transição entre a infância e a idade adulta, os autores, ainda que destacando o fato de toda adolescência se caracterizar por ter um “selo” individual, cultural e histórico, acabam por incorrer no artifício de condicionar a realidade biopsicossocial a circunstâncias interiores ao afirmar uma “crise essencial da adolescência”. Ozella (2002) criticou essa postura, pois salientou que os autores parecem partir de pressupostos de que os adolescentes passam por desequilíbrios e instabilidades extremas (circunstâncias interiores), além de apresentarem uma vulnerabilidade especial para assimilar os impactos projetivos de pais, irmãos, amigos e de toda a sociedade, ou seja, aquilo que esperam deles.

A tendência mais atual sobre a concepção da adolescência procura descartar a obrigatoriedade de preexistência de uma crise nessa população, de essa etapa ser considerada necessariamente uma fase crítica, influenciada apenas por aspectos biológicos e naturalistas, negligenciando-se fatores culturais e sociais. Mesmo com os resultados mostrados por antropólogos culturais como Benedict (1983) – que questionam a universalidade dos conflitos adolescentes –,

as ciências que estudam a adolescência insistem em negligenciar a inserção histórica do jovem e suas condições objetivas de vida.

A adolescência é uma construção social, uma fase resultante de momentos significados e interpretados pelo ser humano, com marcas que a sociedade destaca e significa. Ozella (2002) ponderou, por exemplo, que mudanças no corpo (altura e alterações biológicas de gênero, como crescimento dos seios) e desenvolvimento cognitivo são marcas que a sociedade destaca. No entanto, a sociedade, com seus valores em constante mutação, modifica também esses “marcadores”, dependendo do contexto histórico-cultural em que são vividos. Enquanto, há algum tempo, marcas como o aparecimento de pelos no corpo passavam o significado de que os meninos já estavam aptos para guerrear ou ter sua primeira relação sexual, hoje não possuem nenhum significado especial, além de que está próximo o momento de definição da beleza adulta, da sensualidade e da masculinidade. Entre as meninas, em outro momento, a menarca claramente significava o início do período fértil, da chegada do momento de uma mulher servir como reprodutora e perpetuadora da espécie. Hoje, a menarca é um momento importante, mas com um significado social menos focado para a reprodução e mais relacionado a uma fase natural do desenvolvimento de uma menina.

O conceito de adolescência considerado neste capítulo envolve uma perspectiva sócio-histórica, já que só é possível compreender qualquer fato a partir da sua inserção na totalidade. A adolescência atual é consequência das condições sociais nas quais as pessoas estão inseridas. Clímaco (1991) profetizou de maneira simples o que viria a ser a construção atual da adolescência ao dizer que, na sociedade, o trabalho, com sua sofisticação tecnológica,

passou a exigir um tempo prolongado de formação adquirida na escola. Continuou dizendo que o desemprego crônico/estrutural da sociedade capitalista trouxe a exigência de retardar o ingresso dos jovens no mercado e aumentar os requisitos para essa entrada.

A ciência, em contrapartida, aumentou o tempo de vida do ser humano, o que trouxe desafios para a sociedade em termos, por exemplo, de mercado de trabalho. Clímaco (1991) afirmou que, sob a influência desses fatores, foram dadas as condições para que se mantivesse a criança mais tempo sob a tutela dos pais, sem ingressar no mundo profissional. Manter as crianças na escola foi a solução natural.

O período escolar, agora bem mais extenso – no Brasil, por exemplo, foi recentemente adicionado mais um ano à grade escolar –, o distanciamento dos pais, que precisam passar muito tempo trabalhando, em vários casos com dois ou mais empregos; e o conseqüente distanciamento da família, aproximando os adolescentes de outras pessoas que não aquelas do seu seio familiar e formando grupos de iguais, são até hoje conseqüências das exigências sociais para a transformação no modo como se encara a adolescência e o papel dos adolescentes na sociedade.

Devido ao aumento do tempo que os adolescentes ficam sob a tutela de algum responsável, com o conseqüente adiamento do ingresso no mercado de trabalho, foram propostos os termos “adolescência encurtada” e “adolescência estendida”, assim como “adulter emergente” (Arnett, 2004, 2006). Esses termos descrevem as diferentes oportunidades de formação e educação, nomeadamente pela idade de entrada no mercado de trabalho. No entanto, é necessário destacar que a pertença a cada um desses grupos é fortemente condicionada pela situação

cultural e pela possibilidade financeira da família.

O aumento da complexidade das funções e papéis a serem exercidos na idade adulta tem exigido cada vez mais um aumento do período da adolescência. Essa variação no tempo de mudança de *status* para “adulto” é fortemente considerada, tanto que a definição de adolescência de órgãos mundiais, como a ONU (Organização das Nações Unidas) e a OMS, respeita e permite que parâmetros etários sejam estabelecidos por cada nação, como o ECA elaborado no Brasil.

A sociedade brasileira assiste a construção e solidificação de um novo grupo social, cada vez mais destacado, com padrão coletivo de comportamento: a adolescência. Ozella (2002) sugeriu que essa fase poderia ser entendida também como justificativa da classe média para manter seus filhos longe do trabalho.

A partir desse panorama, a perda de referenciais é uma ocorrência natural e significa para a fragilização diante da vulnerabilidade das referências e dos laços socioculturais. As famílias, sobretudo as de classes populares, em função da precarização de recursos e informações, do excesso de trabalho e da escassez de tempo, vivem relações de abandono, insegurança e dúvidas no trato com os filhos (Rocha, 2002). É fundamental contextualizar os adolescentes na família em vez de vê-los isoladamente e, assim, apontar para formas de atuação com eles e com os núcleos aos quais pertencem (Clímaco, 1991).

Após transitar por tantos conceitos e definições predominantemente biológicas e socioculturais, o que fica mais destacado é que a adolescência tem suas margens delimitadas. Assim, a história de cada sociedade imprime marcas nessa etapa do desenvolvimento humano, influenciadas pelos diferentes processos biopsíquicos e

socioculturais nos quais os indivíduos estão inseridos (Araújo & Costa, 2009).

Algumas questões, independentemente do viés adotado, estão atreladas a essa fase do desenvolvimento humano, em especial nas sociedades ocidentais urbanizadas, como, por exemplo, a preocupação com inserção em grupos e o possível envolvimento com comportamentos de risco; a busca por uma identidade social, como forma de participação das relações de poder entre os gêneros; a formação da identidade adulta; a autonomização com relação aos pais; e a atribuição provocada pelos períodos mais característicos dessa fase: as profundas mudanças biopsicossociais, especialmente relacionadas a maturação sexual e surgimento do interesse pelo sexo oposto e consequente trato do início da vida sexual.

Os fatores levantados não podem ser considerados marcadores essenciais para a passagem à fase adulta, pois essa delimitação fatalmente excluiria uma enorme parcela de adolescentes. Afinal, mudanças relacionadas à puberdade e à maturação sexual são bastante suscetíveis a uma enorme gama de complexos fatores, como, por exemplo, os desenvolvimentos físico e psicossocial, a exposição a estímulos sexuais (que são definidos pela cultura) e os grupos de contatos sociais, como amigos e grupos de esporte.

A aceleração secular, por exemplo, é um fenômeno típico do mundo moderno, atrelado às mudanças nos desenvolvimentos fisiológico e principalmente biológico, resultado das mudanças ocorridas desde a Revolução Industrial, que, junto a fatores como aqueles já descritos, está ajudando a encurtar a infância e aumentar o período da adolescência. De acordo com Tanner (1981), a aceleração secular do crescimento e da maturação biológica tem provocado uma diminuição da idade média da menar-

ca: por volta de 1830, a primeira menstruação ocorria por volta dos 17 anos; no começo do século XX, baixou para 14. Hoje, ocorre, em média, aos 12 anos – as meninas menstruam pela primeira vez nove meses mais cedo se comparadas com suas mães. Fenômenos como esse mostram como os limites utilizados para estabelecer a adolescência são variáveis.

Nos últimos 50 anos, a infância sofreu mudanças que estão mais relacionadas a estímulos psicossociais, resultantes do meio em que se vive. Os impulsionadores da transformação foram a televisão, a nova estrutura da família e, a partir da década passada, a popularização das novas mídias, que facilitam o acesso a todo tipo de informação por meio de um clique no computador ou celular conectado à internet.

Mais do que ter acesso a todo tipo de informações, as crianças estão indiscriminadamente expostas a elas. É necessário tomar ciência da importância da sexualidade nesses novos adolescentes, pois a chegada precoce da adolescência traz, a “tiracolo”, pequenos jovens suscetíveis à erotização e ao desenvolvimento sexual precoce e, com eles, a preocupação com o surgimento de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez e aborto, por exemplo.

O desaparecimento dos valores tradicionais, as atrações do mundo consumista urbano e as condições econômicas nas cidades favorecem tanto as relações sexuais pré-matrimoniais com diferentes parceiros quanto a exploração sexual juvenil. A melhoria das possibilidades de educação para os adolescentes, bem como diversas razões econômicas, resultam no aumento da idade para o casamento (Clímaco, 1991). A maior liberdade oferecida aos jovens, desprovidos de tanto controle parental e atrelados ao consumo de drogas lícitas e ilícitas, carrega consigo algumas consequências negativas,

como, por exemplo, gravidez não desejada e aborto. Cada vez mais, a escolha do parceiro, anteriormente assunto acordado entre as famílias, é assumida pelos próprios jovens, o que, por sua vez, favorece a ocorrência de relações sexuais com diferentes parceiros até que se encontre o “escolhido” (Ozella, 2002).

Tradicionalmente, a educação sexual ocorria no contexto das relações familiares, oferecendo aos adolescentes a iniciação social e a proteção. Clímaco (1991) discute que a família e as estruturas comunitárias asseguravam a transmissão de normas e valores. Anteriormente, existia um consenso social acerca dos papéis dos adolescentes do sexo masculino e feminino. Isso, hoje, não é mais assim, e ainda não existe uma substituição conveniente que possa compensar a perda da educação tradicional.

Hoje em dia, as crianças adquirem informações sobre sexo de muitos lados: pais, irmãos, colegas da mesma idade, rádio, TV, revistas, conversas ou observando outros (Araújo & Costa, 2009). Essas informações, porém, com frequência, são incompletas, enganadoras ou até falsas. Estudos estão sendo feitos ao redor do mundo na tentativa de entender o fenômeno da adolescência e traçar políticas de prevenção e tratamento para essa classe tão importante, futuro de todas as nações (Ozella, 2002). No Brasil, não poderia ser diferente, mas, apesar das grandes ações implantadas pelo governo, por ONGs e pela sociedade, como políticas de assistência ao jovem, programa Primeiro Emprego e distribuição gratuita de preservativos, por exemplo, muito ainda precisa ser feito.

A adolescência tem despertado grande interesse, tanto na mídia quanto no âmbito das políticas públicas, especialmente a partir de 1985, definido pela ONU como o Ano Internacional da Juventude. Desde então, inúmeras iniciativas foram desencadeadas em todo o mundo, visando o levantamento das necessidades sociais dos jovens que

viriam a constituir as futuras gerações de adultos no terceiro milênio. Dados do Ministério da Saúde (Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, 2010) mostram que essa é uma parcela aproximada de 29% da população mundial, sendo que 80% desses jovens vivem em países em desenvolvimento.

Desenvolvido por membros do GT da ANPEPP “Juventude, Resiliência e Vulnerabilidade”, o estudo sobre a juventude brasileira tem como principal objetivo levantar dados sobre a população de adolescentes que vivem em várias áreas do País. Em parceria com pesquisadores espalhados por diferentes universidades, o projeto coleta dados entre jovens de 14 a 24 anos em escolas e ONGs, traçando um panorama da situação desses indivíduos em vários aspectos da vida, como sexualidade, escola, comportamentos de risco, questões familiares, relações com o trabalho, entre outros (Libório & Koller, 2009).

CONCLUSÃO

Este capítulo tratou do conceito e da definição da adolescência e sua relação com a psicologia do desenvolvimento. Buscou-se questionar a naturalização de tal conceito e refletir sobre uma definição, não dada, obviamente, por viés específico de apenas um dos campos da ciência. Além de questões teóricas, foram considerados aspectos práticos da problematização do tema, como as esferas de saúde, a violência e a educação e os desafios para a prática profissional com adolescentes em diversas situações.

Neste capítulo, fica clara a complexidade que o tema exige, ao mesmo tempo que reflete, a partir de um olhar plural, sobre a pessoa em desenvolvimento. Questões de ordens subjetiva e social somam-se para o entendimento de um processo histórica-

mente constituído e ainda em construção. Dessa forma, este capítulo não responde à questão “o que é a adolescência?”, mas convida à reflexão sobre como encaramos essa fase e quais as implicações da psicologia na construção desse conceito. Os demais ca-

pítulos deste livro permitirão pensar questões específicas da adolescência no contexto atual do Brasil, e ter em mente a construção desse conceito parece fundamental para o entendimento de diversos tópicos que serão abordados.

LEMBRE!

Se existe a pretensão de trabalhar com o adolescente concreto, tratado mediante o caráter sócio-histórico, constituído por etapas do desenvolvimento psicológico e pedagógico, é imprescindível falar da condição juvenil como ponto de partida. O processo de formação social nos dias atuais está permeado por diferentes fatores de variadas ordens, como a instantaneidade provocada pela velocidade tecnológica, que favorece a superficialidade na aquisição de conhecimentos – vide os famosos trabalhos “copiar e colar” dos colégios e até mesmo das faculdades –, a cultura do consumo inerente ao capitalismo, que gera uma série de necessidades rapidamente descartáveis; e a ainda reticente dificuldade de obter um emprego, que no mínimo perpetua uma parcela da população à exclusão social, à pulverização e ao desinteresse das relações coletivas, as quais favorecem o processo de individualização e de desinteresse nas esferas pública e política.

Para finalizar este capítulo, mas não a discussão, podemos pensar nas questões aqui levantadas, sobre como a universalização da adolescência, naturalizada como uma fase do desenvolvimento humano, é ainda tratada como momento de crise. Continuamos vivenciando uma ideia de adolescência imersa em rebeldia, desinteresse, crise, instabilidade afetiva, descontentamento, melancolia, agressividade, impulsividade, entusiasmo e timidez, sendo essa a visão predominante que orienta muitos aspectos da vida dos próprios adolescentes.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. Considerando as reflexões feitas neste capítulo sobre a definição e a conceituação de adolescência, como podemos pensar nas particularidades dos adolescentes brasileiros de diferentes classes sociais?
2. Entendendo a adolescência como uma construção sócio-histórica, reflita sobre o desenvolvimento psicológico do adolescente na interface entre o indivíduo e a cultura.

REFERÊNCIAS

Aberastury, A., & Knobel, M. (1992). *Adolescência normal: Um enfoque psicanalítico* (10. ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.

Aguiar, W. M. J., Bock, A. M. B., & Ozella, S. (2002). *A orientação profissional com adoles-*

centes: Um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. In A. M. B. Bock, M. G. M. Gonçalves, & O. Furtado (Orgs.), *Psicologia sócio-histórica: Uma perspectiva crítica em psicologia* (pp. 163-178). São Paulo: Cortez.

Araújo, M. S. P. de, & Costa, L. O. B. F. (2009). *Comportamento sexual e contracepção de*

- emergência entre adolescentes de escolas públicas de Pernambuco, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 25(3), 551-562.
- Arnett, J. J. (2004). *Emerging adulthood: The winding road from the late teens through the twenties*. New York: Oxford University Press.
- Arnett, J. J. (2006). *Emerging adulthood: Understanding the new way of coming of age*. In J. J. Arnett, J. L. Tanner (Eds.), *Emerging adults in America: Coming of age in the 21st century* (pp. 3-19). Washington: American Psychological Association.
- Arnett, J. J. (2008). The neglected 95%: Why American psychology needs to become less American. *The American Psychologist*, 63(7), 602-614.
- Benedict, R. (1983). *Os padrões de cultura*. São Paulo: Livros do Brasil.
- Berger, K. S., & Thompson, R. A. (1997). *El desarrollo de la persona desde la niñez a la adolescencia* (4. ed.). Madrid: Medica Panamericana.
- Bock, A. M. B. (2007). A adolescência como construção social: Estudo sobre livros destinados a pais e educadores. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)*, 11(1), 63-76.
- Brasil. (1990). *Lei nº. 8069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Retirado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm
- Brasil. (2010a). *Caderneta de saúde da adolescente*. Brasília: Ministério da Saúde. Retirado de <http://www.adolec.br/php/level.php?lang=pt&component=39&item=16>
- Brasil. (2010b). *Caderneta de saúde do adolescente*. Brasília: Ministério da Saúde. Retirado de <http://www.adolec.br/php/level.php?lang=pt&component=39&item=16>
- Brêtas, J. R. da S., Moreno, R. S., Eugênio, D. S., Sala, D. C. P, Vieira, T. F., & Bruno, P. R. (2008). Os rituais de passagem segundo adolescentes. *Revista Acta Paulista de Enfermagem*, 21(3), 404-11.
- Campos, D. M. S. (1987). *Psicologia da adolescência: Normalidade e psicopatologia* (11. ed.). Petrópolis: Vozes.
- Campos, D. M. S. (2002). *Psicologia da adolescência* (19. ed.). Petrópolis: Vozes.
- Castro, L. R. de. (2012). The idea of development and the study of children in Brazil as a developing society. *Psychology and Developing Societies*, 24(2), 181-204.
- Clímaco, A. A. S. (1991). *Repensando as concepções de adolescência* (Dissertação de mestrado em Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo).
- Dell'Aglio, D. D., & Koller, S. H. (2011). *Adolescência e juventude: Vulnerabilidade e contextos de proteção*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Felício, J. L. (2010). *A escolha da profissão na adolescência*. Psicologia: o portal dos psicólogos. Retirado de <http://www.psicologia.pt/>
- Formigli, V. L. A., Costa, M. C. O., & Porto, L. A. (2000). Evaluation of a comprehensive adolescent health care service. *Cadernos de Saúde Pública*, 16(3), 831-841.
- Henrich, J., Heine, S. J., & Norenzayan, A. (2010). The weirdest people in the world? *Behavioral and Brain Sciences*, 33(2-3), 61-83, 111-135.
- Houaiss, A. (2000). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (1997). *Crianças e adolescentes: indicadores sociais 1997*. Rio de Janeiro: IBGE. Retirado de http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/criancas_adolescentes/
- Levinsky, D. L. (1995). *Adolescência: Reflexões psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Libório, R. M. C., & Koller, S. H. (2009). *Adolescência e juventude: Risco e proteção na realidade brasileira*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Martins, P. de O., Trindade, Z. A., & Almeida, A. M. de O. (2003). O ter e o ser: Representações sociais da adolescência entre adolescentes de inserção urbana e rural. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 555-568.
- Mckinney, J. P., Fitzgerald, H. E., & Strommen, E. A. (1983). *Psicologia do desenvolvimento: O adolescente e o adulto jovem* (vol. 3). Rio de Janeiro: Campus.
- Muuss, R. E. (1969). *Teorias da Adolescência*. Belo Horizonte: Editora do Professor.
- Nery, I. S., Mendonça, R. de C. M., Gomes, I. S., Fernandes, A. C. N., Oliveira, D. C. de. (2011).

- Reincidência da gravidez em adolescentes de Teresina, Piauí, Brasil. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 64(1), 31-37.
- Newman, J. B. (1960). A rationale for a definition of communication. *Journal of Communication*, 10(3), 115-124.
- Ozella, S. (2002). Adolescência: Uma perspectiva crítica. In M. de L. J. Contini, S. H. Koller, & M. N. dos S. Barros (Orgs.), *Adolescência e psicologia: Concepções, práticas e reflexões críticas* (cap. 1, pp. 16-24). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Pfromm Neto, S. (1976). *Psicologia da adolescência* (5. ed.). São Paulo: Pioneira.
- Rocha, M. L. (2002). Contexto do adolescente. In M. de L. J. Contini, S. H. Koller, & M. N. dos S. Barros (Orgs.), *Adolescência e psicologia: Concepções, práticas e reflexões críticas* (cap. 2, pp. 25-32). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Santos, B. R. (1996). *Emergência da concepção moderna de infância e adolescência: Mapeamento, documentação e reflexão sobre as principais teorias* (Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo).
- Santos, L. M. M. dos. (2005). O papel da família e dos pares na escolha profissional. *Psicologia em Estudo*, 10(1), 57-66.
- Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal [SES-DF]. (2010). *Site*. Retirado de <http://www.saude.df.gov.br/>
- Sprinthall, N. A., & Collins, W. A. (2003). *Psicologia do adolescente: Uma abordagem desenvolvimentista* (3. ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Tanner, J. M. (1981). *A history of the study of human growth*. New York: Cambridge University Press.
- World Health Organization [WHO]. (2011). *Preventing early pregnancy and poor reproductive outcomes among adolescents in developing countries*. Geneva: WHO. Retirado de http://www.who.int/maternal_child_adolescent/documents/preventing_early_pregnancy/en/index.html

LEITURAS RECOMENDADAS

- Aquino, E. M. L., Heilborn, M. L., Knauth, D., Bozon, M., Almeida, M. C., & Araújo, J., Menezes, G. (2003). Adolescência e reprodução no Brasil: A heterogeneidade dos perfis sociais. *Cadernos Saúde Pública*, 19(supl. 2), 377-388.
- Arnett, J. J. (2010). *Adolescence and emerging adulthood: A cultural approach* (4th ed.). Boston: Prentice Hall.
- Hall, G. S. (1904). *Adolescence: Its psychology and its relations to physiology, anthropology, sociology, sex, crime, religion and education*. New York: Appleton.